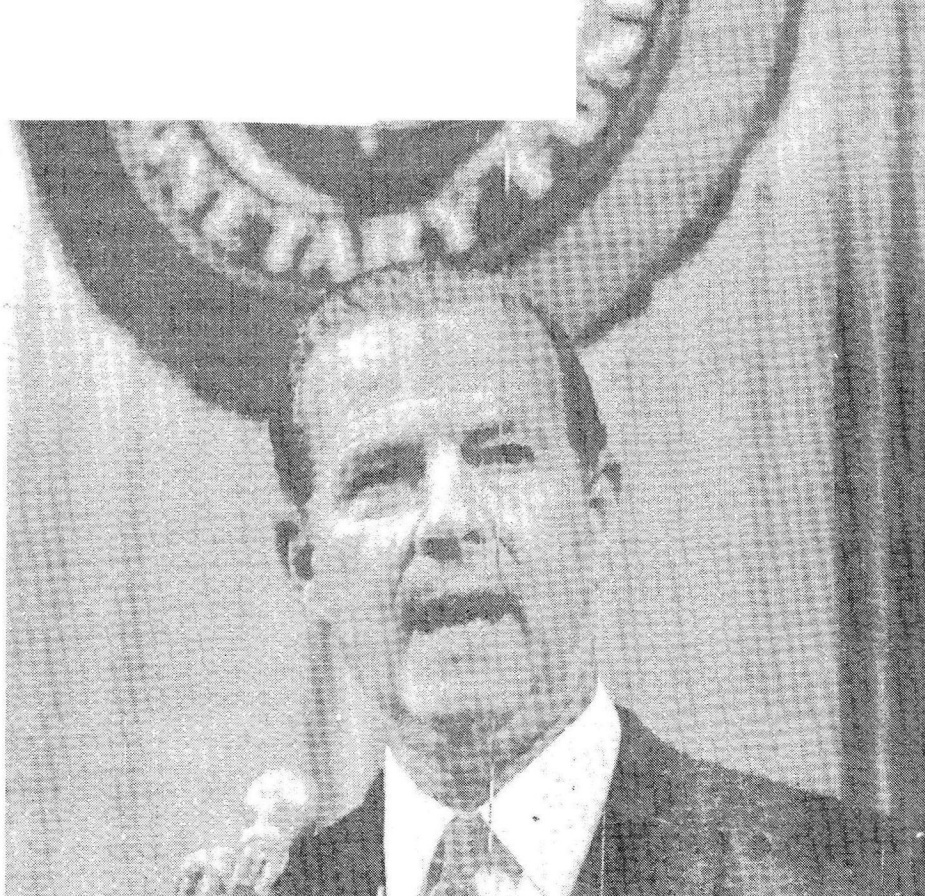




Mais complacente que antes, Baker aceitou as ponderações de Bresser

Ministro pede garantia ao Bird

Do Enviado Especial

Washington — O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, criticou ontem as políticas de ajuste econômico prescritas pelo Fundo Monetário Internacional e pediu a participação dos organismos multilaterais como o Banco Mundial na concessão de garantias aos bônus — ou pelo menos ao pagamento dos juros destes títulos — que o Brasil está oferecendo aos bancos credores, como solução de longo prazo para reduzir as transferências de recursos por conta da dívida externa.

Estas “instituições poderiam inicialmente garantir um pequeno volume dos títulos, ou garantir somente os pagamentos dos juros relativos a estes papéis” — disse Bresser, em pronunciamento feito no Comitê Interino do FMI, onde repetiu suas críticas à insistência nas formas tradicionais de renegociação das dívidas do Terceiro Mundo, reafirmou a proposta brasileira e considerou como “mais do que necessário” o diálogo entre credores e devedores.

“É inconcebível que o FMI registre desembolsos líquidos negativos exatamente no momento em que os países-membros mais necessitam de sua assistência financeira” — afirmou o ministro, criticando o fato de o FMI estar recebendo mais do que empresta, porque ninguém aceita as condições destes créditos vinculados a programas de ajuste tradicional. O Comitê Interino é formado por governadores do Fundo e ministros, representando

os países-membros.

Para o ministro brasileiro, esta situação “paradoxal”, em que o FMI registra mais ingressos do que saídas de recursos, ocorre pelo fato de as suas políticas de ajuste serem consideradas inadequadas pelos países. “Estes países preferem assim prescindir dos recursos ao invés de aceitar condicionalidades inapropriadas” — afirmou, numa referência implícita ao caso do Brasil, que não aceita este tipo de ajuste exigido pelos credores.

Ele não fechou, entretanto, as portas para um possível entendimento, desde que haja mudança no enfoque dos ajustes. “O FMI enfrenta agora o desafio de ser capaz de desempenhar um papel principal e necessário na concessão de assistência financeira a programas orientados para o crescimento”. Bresser recomendou aos demais ministros a leitura do comunicado emitido no dia anterior pelo Grupo dos 24 países em desenvolvimento, onde estão alinhadas as mesmas críticas e propostas de solução para o endividamento.

Em outro discurso, na sessão matutina do mesmo Comitê, o ministro criticou também a falta de ajustes nas economias dos países industrializados, para correção dos desequilíbrios fiscais e comerciais, numa referência aos Estados Unidos. Disse também que apesar de concordarem com a necessidade de se reduzir o protecionismo contra exportações do Terceiro Mundo, até agora as ações neste sentido não passaram de boas inten-

ções. “O que se requer são medidas concretas”.

Na mesma linha da proposta apresentada aos banqueiros, Bresser pediu a redução das taxas de juros e a concessão de maiores prazos para pagamento da dívida, além de financiamentos adequados, de forma a diminuir as transferências de dinheiro aos países ricos. Disse que o reescalonamento das dívidas deve abranger o principal e os juros, os quais devem ser fixos, além de englobar soluções não-convencionais, como a securitização (ou conversão da dívida em títulos).

“O que está em jogo não é apenas a busca de uma solução duradoura para a dívida externa dos países em desenvolvimento, mas a própria estabilidade do sistema financeiro internacional” — observou o ministro, lembrando que é uma atitude “completamente irrealista” esperar que a crise seja corrigida apenas com reformas nos países devedores, cuja capacidade de ajuste interno e externo já se esgotou.

Com relação às questões que estão por ser decididas na assembleia anual do FMI/Banco Mundial, esta semana, Bresser disse ao Comitê Interino que o Brasil apóia a utilização dos indicadores econômicos do Fundo como base de melhor coordenação entre os países industrializados em termos de políticas fiscal e monetária; apóia um novo aumento de capital imediatamente, via nova alocação de Direitos Especiais de Saque; e apóia a manutenção da política de acesso ampliado aos recursos da instituição.